
EMIGRAÇÃO: OS REGRESSOS INVISÍVEIS

Manuela Aguiar

EMIGRAÇÃO: OS REGRESSOS INVISÍVEIS ⁽¹⁾

É com muito gosto que, mais uma vez, tenho a honrosa oportunidade, que não quero deixar de agradecer à Direcção deste Instituto e aos organizadores do Curso de Defesa Nacional, de aqui apresentar e debater, com os participantes neste, aspectos que julgo dos mais importantes e actuais de uma problemática que, desde há muito tempo, tem sido motivo de grande preocupação para todos os portugueses — a problemática relativa à emigração, à situação dos nossos compatriotas que trabalham e residem no estrangeiro, e à vida das comunidades por eles constituídas.

Esse gosto é tanto maior quanto creio que, nestas discussões, ano após ano, se tem contribuído, de forma sem dúvida bastante positiva, para o melhor esclarecimento e equação de muitos problemas, e para a definição e sistematização de objectivos e princípios fundamentais, e mesmo dos programas de acção e prioridades, da política de apoio aos emigrantes e às comunidades portuguesas no estrangeiro.

No curso de 1984, dediquei a minha exposição e sugeri como tema central do nosso debate o reencontro com a realidade — comunidades portuguesas, procurando analisar a situação e perspectivas destas e salientar o lugar que ocupam na política estatal de apoio aos emigrantes e a elas; comunidades consideradas como unidades sociais, coesas e dinâmicas, política cujas linhas mestras são consagradas no programa do Governo, como então referi com algum pormenor.

Parece-me útil lembrar nesta altura, muito sinteticamente, dois pontos que desenvolvi nessa introdução.

Um é o de que o objectivo fundamental dessa política é prestar o apoio, todo o apoio possível, devido pelo Estado aos emigrantes e seus familiares, e exigido pelas necessidades específicas sentidas por estes em cada fase do projecto migratório, que estão realizando, correspondentes às carências e

⁽¹⁾ Conferência proferida no IDN, ao Curso de Defesa Nacional/85, pela Secretária de Estado da Emigração, em 11 de Março de 1985.

problemas que se lhes põem. É de notar, como sublinhei então, que é um princípio essencial da mesma política o de que essas necessidades e problemas sejam sempre encarados na perspectiva das comunidades em que os emigrantes se encontram inseridos, o que leva, por sua vez, a prestação de apoios específicos às instituições através das quais as comunidades se organizam, mantêm e afirmam.

O outro ponto consiste no quadro, que delineei a traços largos, dos desafios mais prementes que a conjuntura (que não teve neste aspecto evolução significativa) colocava às comunidades portuguesas e, por conseguinte, ao Governo e às estruturas estatais que visam apoiá-las.

Mencionei, logo a abrir esse quadro, o desafio instantâneo posto, nos países europeus de acolhimento, por um conjunto de problemas tão actuais hoje como no ano passado, relacionados com o regresso dos portugueses emigrados, e consequentemente com a sua reintegração, com êxito, na sociedade portuguesa, com a máxima utilidade possível para eles e para o nosso país. Um desafio posto por todo um conjunto de problemas muito diversos, permitam-me que sublinhe, e não apenas pela preocupação com a necessidade eventual de um regresso antecipado, forçado pelas circunstâncias ou mesmo por medidas das autoridades dos países de acolhimento, portanto sob um certo grau, maior ou menor, de coerção, um regresso não inteiramente livre.

Salientei, em seguida, um desafio fundamental, e enumerei alguns específicos. É aquele o de garantir, nas várias circunstâncias da vida dos emigrantes, em especial naquelas que exigem opções de fundo em relação ao seu projecto migratório, a sua liberdade, de modo que possam sempre fazer a opção que julguem mais consentânea com os seus interesses, e pô-la em prática sem coerções indevidas.

Quanto aos desafios específicos indiquei os seguintes: defesa activa dos direitos dos trabalhadores emigrantes e seus familiares; apoio a uma integração adequada na sociedade de acolhimento; especial apoio às novas gerações; melhoria dos circuitos de informação; manutenção dos laços, sobretudo os culturais, com o nosso país; reforço dos laços culturais, económicos, sociais e políticos com a sociedade portuguesa, e das comunidades portuguesas do estrangeiro entre si; aumento da coesão e da solidariedade entre os membros de cada comunidade, em especial através do desenvolvimento dos seus movimentos associativos.

É neste quadro que o repto representado pelo conjunto de problemas relativos ao regresso e reintegração dos portugueses emigrados se situa. Tomei a liberdade de escolher, para tema central desta introdução à discussão que se vai seguir, o regresso, por diversas razões, a primeira das quais é a de que constitui o desafio por excelência à nossa capacidade de desenvolvimento, de solidariedade e de convívio, sendo outra o facto de ter polarizado atenções quer do ponto de vista de larga percentagem dos emigrantes (sobretudo dos que vivem em países europeus), quer do ponto de vista da opinião pública nacional.

A análise deste tema, incluindo o delineamento da política de apoio específica em que a resposta que este desafio exige se deve traduzir, põe assim em jogo, pode dizer-se, todas as questões mais importantes e prementes que a situação actual dos emigrantes portugueses suscita.

Esta análise põe ainda em jogo — e esta é uma razão não menos importante da minha escolha — todo um conjunto de juízos sobre a emigração, mais ou menos infundamentados, mas mais ou menos difundidos, que tem como corolários uma determinada imagem do emigrante português, a qual tem sido tradicionalmente predominante na nossa literatura e noutras áreas da nossa cultura, e, relacionadas com tal imagem, formas também bem determinadas, embora variáveis, de encarar os seus problemas, incluindo os ligados ao eventual regresso.

Não creio, por muitos dados que me chegam e pelo que conheço pessoalmente das comunidades portuguesas no estrangeiro, que essa imagem seja hoje a mais adequada às realidades. E é com muita satisfação que vejo um homem da nossa cultura e da nossa literatura com o prestígio de Eduardo Lourenço, ele próprio português emigrado há largos anos, em artigo, a propósito de um livro autobiográfico de Linda de Sousa, recentemente publicado («Portugal e a Cultura Emigrante — Um Caso Exemplar»), fazer uma crítica muito lúcida da imagem que (são palavras dele) «o público português prefere: aquela que mostra a 'tragédia' da emigração».

E Eduardo Lourenço não hesita em falar da «imagem de uma emigração que triunfou», «o que para esse mesmo público é o mais difícil de suportar em termos de informação e de cultura», e do «sucesso» em que «'globalmente' e do ponto de vista do emigrante o drama ou a tragédia iniciais se converteram».

Nesta ordem de ideias parece-me, pois, indiscutível a necessidade e a urgência de procurarmos ter, de procurarmos que o público (de que fala Eduardo Lourenço) e, de modo geral, todos os portugueses que não emigraram, tenham uma imagem da emigração e das comunidades mais fiel às realidades de hoje. É tempo de se começar a estabelecer um balanço da nossa emigração, dos últimos decénios, não num sentido meramente contabilístico mas no sentido de se proceder a uma avaliação o mais completa possível do que ela e as comunidades representaram e representam na nossa vida actual, revendo juízos e renovando imagens de acordo com essas realidades.

Desde o início da sistematização da política portuguesa relativa à emigração e às comunidades do estrangeiro, de acordo com o Programa do actual Governo, que a problemática do regresso dos emigrantes e a sua reinserção no nosso país é considerada como um sector prioritário das acções de apoio, devido não só à importância numérica dos regressos dos trabalhadores emigrantes e suas famílias, como também à consciência cada vez mais clara, generalizada e precisa, da amplitude e acuidade dos problemas e desafios que, nos últimos anos, se têm colocado, tanto aos que os sofrem e vivem no seu dia-a-dia, como aos que os estudam e aos que para eles têm obrigação de encontrar medidas e respostas eficazes, ao nível do Estado, das Regiões, das Autarquias e dos movimentos associativos.

Esta questão do regresso constitui, indubitavelmente, a preocupação mais visível de todas as que se levantam no domínio da emigração e a que mais tem sensibilizado a opinião pública portuguesa, muito marcada ainda pela lembrança do regresso de centenas de milhares de portugueses provenientes das ex-colónias de África. Assim, não é de estranhar que os órgãos de comunicação social façam eco de tais preocupações com desusada regularidade, dando conta dos temores que estaria a provocar a ameaça da saída (tida como certa), a prazo mais ou menos curto, de um grande número de trabalhadores portugueses e seus familiares, deste ou daquele dos principais países europeus de imigração, como resultado, sobretudo, da adopção de medidas destinadas a incentivar o retorno definitivo dos imigrantes aos seus países de origem.

Facilmente se compreende também a ansiedade e incerteza com que muitos imigrantes passaram a encarar a sua permanência e o seu futuro nos países de acolhimento, sentindo e pensando que a situação económica e social que neles se vive, caracterizada pela manutenção de altas taxas de

desemprego, significativamente mais elevadas para os trabalhadores estrangeiros, a progressiva deterioração das relações entre as comunidades de naturais dos países de acolhimento e as de emigrados e a intensificação dos movimentos xenófobos, os poderá forçar, mais dia, menos dia, a regressar.

A apreciação das consequências das medidas incentivadoras na aceleração do retorno dos emigrantes portugueses na Europa, mormente na Alemanha e na França, requer, parece desnecessário sublinhá-lo, um esforço sério de medição estatística do retorno para se sair do plano dos juízos apressados, se obter um conhecimento rigoroso do número efectivo de regressos e se poderem fazer previsões também rigorosas. Será assim necessário dispor de dados, não apenas em relação aos valores globais, mas ainda à sua distribuição em função de determinadas variáveis socialmente relevantes, como a idade, o sector de actividade, o nível de qualificação profissional e a área geográfica de reinserção.

Ora do sistema estatístico nacional não se pode esperar nem sequer uma indicação aproximativa do volume global do retorno. Não existem mecanismos de recolha sistemática de informação numérica e qualitativa que permitam realizar com regularidade apuramentos conducentes à sua caracterização, encontrando-se porém já em curso trabalhos relativos à sua criação.

Apesar desta falta de dados numéricos rigorosos dispõe-se, ao nível global, das estatísticas dos países de acolhimento relativas aos movimentos da população neles residentes. Pelas indicações nestas recolhidas é um dado seguro a diminuição de efectivos da população portuguesa residente em França, o mesmo acontecendo na República Federal da Alemanha.

No que respeita à RFA, calcula-se em mais de 20 000 o número de retornos de emigrantes portugueses e familiares verificados no ano passado, tendo atingido 14 000 o número de pedidos dirigidos no mesmo ano às autoridades alemãs para reembolso dos seus descontos para a Segurança Social, com renúncia, em contrapartida, aos direitos adquiridos e em vias de aquisição no sistema de seguro social alemão.

A evolução da população portuguesa residente na República Federal da Alemanha mostra um decréscimo muito apreciável entre 30 de Setembro de 1981 e 30 de Setembro de 1984, apresentando os seguintes valores: de 108 700, em 1981, a cerca de 83 000 em 1984.

Quanto à França, não obstante os dados disponíveis sobre a solicitação, ao abrigo de recente regulamentação, de subsídios financeiros para apoio

de projectos de reinserção por parte de emigrantes portugueses apontarem para valores bastante baixos, a população portuguesa terá conhecido no intervalo entre os dois últimos Recenseamentos da População, isto é, no período de 1975 a 1981, um decréscimo absoluto de 150 000 elementos, o que corresponde a uma média de 25 000 saídas por ano.

Estes valores vêm confirmar as tendências apontadas, com base nas conclusões tiradas da sua prática quotidiana, por representantes de autarquias, autoridades religiosas, trabalhadores sociais de organismos públicos e privados, e apoiadas cientificamente pelos estudos que, ainda em número muito limitado, têm vindo a ser concluídos neste domínio.

Entre os referidos estudos parece-me de destacar, não só pelo seu carácter pioneiro na matéria, mas também pela seriedade e amplitude do projecto, a investigação sobre regresso, emigração e desenvolvimento regional em Portugal, realizada por um grupo de investigadores de que foi coordenadora Maria Manuela Silva. Segundo este trabalho teria vindo para Portugal, até princípios dos anos 80, cerca de meio milhão de emigrantes, e o total acumulado dos regressos dos emigrantes portugueses, dos países da CEE, no período de 1955 — 1990 seria, em 1990, da ordem dos 900 mil.

Outro estudo, a merecer também referência, consiste num relatório preparado por um técnico dos Serviços Comerciais da Embaixada da França em Lisboa sobre os retornos do seu país, o qual tem fundamentalmente o mérito de trabalhar e ordenar resultados dispersos. De acordo com este estudo, calcula-se em cerca de 305 000 o número de emigrantes regressados a Portugal no período de 1962 — 1981, ou seja uma média de 16 000 por ano. Prevê-se ainda que esta média aumentará para cerca de 35 000 pessoas por ano, até 1990.

Pelo que atrás referimos, pode dizer-se que as previsões genéricas sobre os retornos e a sua importância (embora não sejam conhecidos números exactos) estão sendo confirmadas e que, em síntese, é um facto incontroverso que muitos emigrantes estão a voltar, tudo indicando que tem havido, sobretudo nos últimos anos, um número de regressos muito superior ao que constava de relatórios de serviços públicos e, consequentemente, do discurso oficial até data recente. Processou-se assim um número enorme de regressos invisíveis — invisíveis porque graduais, bem sucedidos, não conflituais, dirigidos para o sítio certo (a terra de origem na maioria dos casos subpovoada por força da emigração). Invisíveis também porque não procurados nem

orientados (e no fundo talvez mesmo não desejados) pelos poderes públicos, ao longo dos anos, ciosos de atrair e fixar remessas mais do que gente (e convictos, erroneamente, de que aquelas se podem dissociar de uma concreta intenção de retorno...).

Hoje, porém, já ninguém pode continuar a ignorar um fenómeno de dimensão numérica tão significativa e de consequências sociais não menos importantes, considerando a vastidão, complexidade e âmbito das mesmas, pois elas manifestam-se tanto a nível nacional como regional e local.

É a altura, creio, de observar que, diversamente do que a opinião pública o mais das vezes julga e os órgãos de comunicação social veiculam, não se afigura que sejam ou venham a ser as medidas de incentivo ao regresso, directas e indirectas, tomadas ou projectadas pelos países de acolhimento, a causa principal do número de regressos — de resto pelas mesmas razões por que também o país de origem não poderia, mesmo que o quisesse, incentivar esse movimento ou contê-lo.

Na verdade, tudo parece indicar que tais medidas ou convites só têm efectividade, pelo menos na maior parte dos casos, quando ocorrem numa fase em que o emigrante considera o seu projecto migratório praticamente consumado.

E é também por isso que falar dessa realidade não tem o inconveniente de a provocar ou multiplicar, como tão generalizadamente se pensa e teme.

Quanto a medidas coercivas, para forçar o regresso de populações imigrantes, não há conhecimento de que qualquer país de residência as tenha tomado até hoje, mesmo em áreas muito delimitadas, nem nada permite supor, antes pelo contrário, que elas venham a ser impostas.

Mesmo os países europeus mais interessados no êxodo de percentagens elevadas dos imigrantes trabalhadores estrangeiros neles residentes têm praticado políticas de incentivos que não revelam a intenção de não respeitarem o princípio da liberdade de opção desses trabalhadores.

O que me parece mais preocupante, pois, no que diz respeito a essas políticas, não é tanto que o emigrante não goze da possibilidade de opção, mas que as decisões que entenda por bem tomar não sejam baseadas numa vontade suficientemente esclarecida, reflectida e, com informação correcta e ampla acerca das situações que lhe digam respeito, e das oportunidades que se lhes oferecem num e noutro dos países que constituem a sua alternativa de futuro.

Os regressos que se têm verificado são, na sua quase totalidade, creio, livres, embora com os condicionalismos de todas as acções em sociedade, nomeadamente os do conhecimento exacto das realidades. Por isso julgo que, com uma informação mais ampla, com políticas e estruturas de apoio da parte das entidades oficiais, que só há relativamente pouco tempo começaram a ser definidas e estabelecidas, a reinserção dos portugueses no seu e nosso país se poderia ter efectivado e se poderá efectivar, com maior proveito para eles e para todos. Impõe-se, pois, que os Portugueses, o Governo, a opinião pública assumam abertamente a realidade dos regressos, a liberdade das opções, a comprovada capacidade de escolha dos compatriotas emigrados.

Antes de tratar expressamente dos problemas da reinserção, parecem-me úteis ainda mais algumas observações acerca desta opção e sua relação com o projecto migratório.

De facto parece fora de dúvida (a experiência quotidiana das entidades mais em contacto com as realidades regionais, de que já falei, e diversos estudos levados a efeito a nível regional, e bem assim o estudo coordenado por Maria Manuela Silva, confirmam-no), parece fora de dúvida, dizia, que a generalidade dos emigrantes que regressam ou estão a regressar são pessoas que levaram a bom termo o projecto que tinham concebido e imaginado antes da sua partida. E trata-se, como o classifiquei em repetidas declarações prestadas à imprensa ao longo do Verão de 84, de um regresso de vencedores ou de triunfadores, termo este justamente utilizado por Eduardo Lourenço no artigo que citei.

É sabido que o português, ao sair da sua terra, é, quase sempre, animado por uma intenção de tornar à terra que é indissociável do seu projecto de emigração.

A motivação para permanecer e prolongar a estada no estrangeiro cessa logo que complete este projecto, que pode ser a construção de casa própria, a aquisição de propriedades rústicas, uma reforma confortável, um capital suficiente para uma actividade económica satisfatória e rendível, a obtenção de uma mensalidade em juros que lhe permita viver desafogadamente.

A satisfação pela realização do projecto casa ou negócio é, aliás, a faceta do sucesso que se torna mais ostensiva, para o círculo familiar e de vizinhos do emigrante, o que contribui, por vezes, ainda mais, para o ressentimento e a incompreensão dos que ficaram, em relação à aventura do trabalho no estrangeiro.

Por tudo isto, não me parece desajustada das realidades ou menos apropriada, mas antes muito expressiva, essa classificação de triunfadores. Não foi bem acolhida em alguns meios, como mostraram reacções vindas a lume na imprensa, no ano passado, lembrando os sacrifícios sem número que os emigrantes tiveram de fazer para alcançar os símbolos de triunfo — sobrecarga de trabalho com horas extraordinárias, alimentação e alojamento deficientes, esposa e filhos ausentes, isolamento, racismo. Não se pode, contudo, a meu ver, negar que estes custos económicos, sociais, morais e culturais que não têm expressão contabilística e seria, mais do que irracional, inumano, menosprezar) têm como contrapartida o triunfo, o triunfo medido pelo projecto concreto de cada homem. Como se escreve no notável artigo, já várias vezes citado: «nem todos os emigrantes se transformaram em Linda de Sousa, mas uma impressionante maioria mudou o seu estatuto de origem e tem dentro dela perspectivas que a mãe-pátria não podia oferecer aos pioneiros, nem ainda hoje aos seus continuadores».

Assim, o padrão do emigrante regressado dá-nos hoje um homem que criou condições para a reintegração desejada — dinheiro no banco, possibilidade de educar os filhos e meios para se envolver em actividades económicas independentes —, encontrando-se hoje, segundo os dados da investigação orientada por Manuela Silva, na agricultura (38%), na construção civil (18%), na indústria (15%) e no comércio (16%).

Parece pois obviamente infundado o receio que todos manifestam por uma escolha não só legítima como, afinal, desprovida, na maioria dos casos, de consequências negativas para a economia e para a sociedade portuguesa. Os emigrantes de «torna viagem» estão a trazer para Portugal as suas poupanças, as suas reformas, uma nova mentalidade e, até, como vimos, um sentido já algo apreciável de empresa. Sou mesmo de opinião que estes homens podem vir a desempenhar um papel de capital importância no progresso e desenvolvimento da economia e da sociedade de origem, se houver a coragem de vencer o temor de ir além da neutralidade negativa e de preparar a reintegração com actos concretos na fase que precede a sua ultimação.

Nesta linha têm-se dado alguns passos com a criação de infra-estruturas e diversificação de serviços destinados a apoiar os emigrantes que tomaram, ou estão a ponderar, a decisão de voltar a casa, com o objectivo de dar uma resposta individual a necessidades e anseios.

A criação de infra-estruturas diversificadas e ligações interdepartamentais que respondem à necessidade de apoiar uma tomada de decisão e a sua posterior execução tem progredido a passos largos e sem hesitações, ainda que na discrição ou na penumbra das coisas feitas «de facto», informalmente, por rearranjos ou reorganizações internas e acerto de actividades voluntárias e de boas vontades, antes que por institucionalização abertamente assumida ou consagrada na letra da lei.

Assim, o projecto legislativo que criava o Instituto do Gabinete Coordenador de Apoio à Reintegração de Migrantes com que a Secretaria de Estado da Emigração procurou dar leal e expedito cumprimento a um dos pontos fulcrais do Programa do Governo — para além de consubstanciar uma das cem medidas do programa eleitoral do Partido Socialista — ainda é apenas um projecto, apesar de ter obtido o aplauso unânime do Conselho das Comunidades Portuguesas, na sua reunião de Novembro de 1983, e pareceres elogiosos da Organização Internacional do Trabalho (que de resto a ele se associou através do contributo de peritos) e do Comité Intergovernamental das Migrações.

Esse Instituto ou Gabinete que, se fosse criado, seria seguramente exemplar a vários títulos (incluindo o de não provocar aumento de despesas por dispor de instalações e funcionários a recrutar dentro da função pública), compunha-se de um serviço de Atendimento e Informações, de um Centro de Estudos (destinado a promover e subsidiar trabalhos a desenvolver por investigadores, universidades, ou outros serviços públicos especializados portugueses ou estrangeiros) e um Conselho Consultivo Interdepartamental (ao qual incumbiria delinear as grandes linhas da política da emigração e de retorno, sector por sector, articuladamente).

Os objectivos visados têm sido prosseguidos através do sucedâneo de cada uma dessas unidades, postas em marcha por mero despacho interno ou mera solicitação da Secretaria de Estado da Emigração a vários ministérios:

— O Serviço de Representação e Procuradoria de Emigrantes, sediado no Porto e que tem por tarefa específica preparar e divulgar informações o mais amplas e completas possível sobre as reais oportunidades de promoção social, económica e cultural no país de residência e, comparativamente, no país de origem no que respeita a condições de vida, de trabalho e de investimento ou de emprego (infelizmente escasso na actual conjuntura). Igualmente lhe incumbe assegurar a ligação com outras entidades públicas e

privadas, cuja acção é fundamental no tocante à reinserção — como serviços de ensino, da segurança social, alfândegas, departamentos do Ministério da Agricultura, do Comércio e Turismo ou Indústria, para só citar aqueles a que mais frequentemente se recorre, para além dos serviços dos Governos Regionais, dos Centros de Coordenação das Regiões, dos Governos Cíveis e Autarquias Locais. A multiplicidade das questões colocadas pela reintegração, mais do que sugere, exige (a experiência assim o vem demonstrando) uma cooperação cada vez maior da acção de todos os departamentos estaduais ou públicos competentes nos domínios a que elas respeitam.

E porque todos por igual o sentem, todos se dispuseram a colaborar num grupo interdepartamental, que vem reunindo periodicamente há mais de um ano, e que é o verdadeiro embrião de um conselho consultivo.

— O Centro de Estudos, que está também a funcionar no Porto, e que em boa colaboração com universidades ou universitários de todo o País, e particularmente do Norte e Centro (as grandes regiões continentais da emigração, a par da Madeira e Açores), gere já uma dezena de importantes projectos de investigação na área do regresso assim como programas de formação empresarial e de divulgação e promoção de potencialidades regionais de investimento (nomeadamente através de meios audiovisuais.)

Deverão estas actuações ser enquadradas e complementadas por medidas de outro alcance, pois a reintegração e, bem assim, a definição e execução da política de apoio a ela respeitante requer que seja perspectivada no contexto da política de desenvolvimento, mais especificamente da política de desenvolvimento regional, dado que é para as regiões de origem que os emigrantes se dirigem, regra geral, aquando do seu retorno ao País.

De acordo com esta linha de orientação o Governo nomeou, por despacho conjunto, de 30 de Julho de 1984, dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional, da Emigração, do Tesouro e do Emprego e Formação Profissional, um grupo de trabalho encarregado de apresentar sugestões sobre as políticas a adoptar como consequência do retorno a Portugal de emigrantes e de enquadrar as suas recomendações, atendendo preferencialmente a dois domínios que constituem preocupação do Governo, a saber: o desenvolvimento regional e o emprego.

A apreciação na instância própria do relatório em devido tempo apresentado pelo grupo de trabalho levará, espera-se, a deliberação do Governo sobre as metodologias mais adequadas para promover a participação con-

junta dos poderes públicos e da iniciativa privada em realizações, projectos e programas de desenvolvimento regional, a reanimação de remessas dos emigrantes, criando incentivos e definindo orientações para as interessar na criação de novas empresas ou na participação social das já existentes, e a adopção de medidas e de iniciativas dirigidas à formação profissional e à aprendizagem.

Com estas deliberações espera-se poder avançar, significativamente, na orientação das poupanças e dos investimentos dos emigrantes para empreendimentos de maior interesse para a sua reinserção, e dos membros das suas famílias, e no aproveitamento mais rendível das capacidades profissionais que adquiram no estrangeiro.

Tocámos, várias vezes, no decurso desta exposição, na importância da perspectiva cultural para uma correcta apreciação dos problemas dos emigrantes. Acabámos de tratar com mais desenvolvimento dos aspectos socioeconómicos do seu regresso e da reinserção no país de origem. Mas nunca deixando de ter presente, e subjacente, que a reintegração verdadeiramente bem sucedida pressupõe, para além desses aspectos socioeconómicos, condições do domínio da cultura não menos importantes.

Os que voltam dispõem de melhores probabilidades de otimizar o fecho do seu ciclo migratório, conseguindo uma reinserção mais fácil para si e mais útil também para os outros, se tiverem mantido, com constância, os laços que os prendem à sua cultura de origem. Muito se atenuará assim o perigo, nada utópico, de que a sua, de certo modo nova, maneira de ser e estar na sociedade, proveniente em grande medida de valores e atitudes algo diferentes assimilados nos países de acolhimento, possa, entre outras razões, constituir motivo de choque com uma estrutura social que, por ter evoluído a um ritmo diferente, tende frequentemente a rejeitar o que considera novidade e não pode ou não quer aceitar.

Por isso é indispensável também encarar o problema dos que se mantiveram dentro das nossas fronteiras e prepará-los para receber quem volta, depois de pelos seus próprios esforços ter ultrapassado as barreiras postas pela mudança brusca de meio social, conseguindo melhorar o seu estatuto e obter um sucesso que, como vimos, tão mal aceite e tão mal compreendido tem sido pelos que não adoptaram a mesma solução.

É, pois, fundamental desenvolver acções culturais específicas que tenham em conta, de maneira muito realista, a problemática do regresso e da reinte-

gração dos emigrantes no nosso país, quer nas comunidades destes no estrangeiro, em especial, claro, naquelas onde a intenção de regresso é predominante e mesmo característica — é o caso das comunidades portuguesas da Europa —, quer nas regiões de origem.

Trata-se de uma necessidade devidamente reconhecida, e ao encontro da qual se procura ir com toda a eficácia que os recursos, sempre escassos, permitam, no Programa Cultural, o outro programa de actividades a que, em igualdade com o programa de acções decorrentes da política de apoio aos emigrantes relativamente ao retorno e reintegração que estamos implementando, a Secretaria de Estado da Emigração está dedicando, este ano, um esforço especialmente intenso.

Um esforço que, sem dúvida, exige a importância e a acuidade, tanto das questões de que não nos ocupámos especificamente aqui, relativas à manutenção e reforço dos laços culturais dos portugueses emigrados com o nosso país, com as suas regiões de origem, e das suas comunidades umas com as outras, como de todo o conjunto de problemas respeitantes ao regresso e à reintegração, que considere, permito-me insistir, o desafio por excelência à nossa capacidade de desenvolvimento, de solidariedade e de convívio.

Uma resposta a este repto, efectiva, actual e modeladora do futuro requer, na verdade, a mobilização de todos os recursos, intelectuais e materiais, de que possam dispor todos os departamentos que superintendem nos sectores, muito diversos, como vimos, onde ele incide e tem repercussões. No que lhe compete, a Secretaria de Estado da Emigração está procurando, com o maior empenhamento, que essa mobilização seja uma realidade.

Dr.^a Manuela Aguiar